



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

Exercício de 2018

www.median.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO

De acordo com as disposições legais, o conselho de administração da **MEDIAN – Corretores de Seguros, S.A.**, vem prestar informação da atividade da empresa no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e submeter à aprovação dos acionistas o Relatório e Contas do mesmo período.

1. Introdução

As empresas de seguros em Portugal, em termos globais a sua produção de seguro direto em 2018 aumentou 12,6% face a 2017, situando-se em cerca de 12 mil milhões de euros. Para este acréscimo contribuíram os incrementos verificados tanto no ramo Vida (15,9%) como nos ramos Não Vida (7,3%).

2. Atividade da Sociedade

O volume de prémios de seguro cobrados e pagos a empresas de seguros totalizou o montante de Euro 5.807.424,20, quando em 2017 havia sido de Euro 4.527.398,18, representando um acréscimo de Euro 1.280.026,02 (sensivelmente mais 28,27%).

O valor dos proveitos operacionais foi de Euro 644.675,40 quando em 2017 havia sido de Euro 523.335,75, representando sensivelmente 23,19% de acréscimo.

O total dos custos atingiu o montante de Euro 486.043,50, quando em 2017 havia sido de Euro 443.793,36, representando sensivelmente mais 9,5%.

Salienta-se o aumento de Euro 14.430,26 (+ 5,57% que em 2017) do custo com o pessoal. Os fornecimentos e serviços externos acresceram Euro 18.222,92, face ao valor apresentado em 2017.

A conjugação dos montantes das receitas obtidas e dos gastos suportados, deu lugar ao resultado líquido positivo no exercício de Euro 145.099,29, mais do triplo do ano anterior.

Realizámos ações de formação internas visando a atualização do conhecimento dos Colaboradores da Empresa e externamente os casos de especificação especial.

Participámos no País em colóquios diversos e no estrangeiro em conferências e reuniões de trabalho da iniciativa dos diretórios das redes internacionais (IBN, WBN, WING e AESIS) de que somos membros.

3. Perspetivas futuras

A descomplexada renovação anual pelos Seguradores dos programas de seguro dos Clientes da MEDIAN são a prova plena das mais-valias do serviço que prestamos aos mesmos e suportam o nosso ânimo e otimismo no futuro.

4. Situação económica e financeira

Nos anexos às demonstrações financeiras, que fazem parte integrante do Relatório de Gestão, estão refletidos e devidamente fundamentados os ativos, as responsabilidades, os rendimentos e gastos no período.

5. Proposta de aplicação de resultados

A MEDIAN apurou um resultado líquido do exercício de Euro 145.099,29.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, tenha a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados: Euro: 65.099,29;
- Dividendos: Euro. 80.000,00.

6. Considerações finais

O Conselho de Administração da MEDIAN-CORRETORES DE SEGUROS, S.A. expressa o seu agradecimento, a Clientes pela distinção e confiança, a Seguradores pela cooperação obtida, aos Colaboradores pela dedicação revelada. Aos restantes Órgãos Sociais o muito obrigado pelo apoio e disponibilidade demonstrada.

Lisboa, 18 de Março de 2019.

O Conselho de Administração

Abílio M. Almeida Santos

- Presidente



Rosa M. Fonseca Almeida Santos

- Vogal



João P. Fonseca Almeida Santos

- Vogal



MEDIAN - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA:

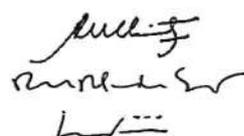
Euro

RUBRICAS	NOTAS	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	242.663,50	259.680,46
Outros activos financeiros	6.1	723,36	597,58
		243.386,86	260.278,04
Ativo corrente			
Clientes	15.1	3.941,35	6.698,80
Adiantamento a fornecedores	15.2	25.724,23	16.222,78
Estado e outros entes públicos			5.275,26
Acionistas	15.2	14.000,00	14.000,00
Outras créditos a receber	15.2	7.240,88	17.164,34
Diferimentos	15.4	2.797,41	16.920,81
Caixa e depósitos bancários	4	207.481,14	36.409,97
Total do ativo corrente		261.185,01	112.691,96
Total do ativo		504.571,87	372.970,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15.5/15.10	100.000,00	100.000,00
Reservas legais	15.6/15.10	22.406,32	22.406,32
Outras reservas	15.7/15.10	33.238,74	33.238,74
Resultados transitados	15.8/15.10		41.622,96
Excedentes de revalorização	15.9/15.10	13.899,15	13.899,15
		169.544,21	211.167,17
Resultado líquido do período	15.10	145.099,29	43.884,07
Total do capital próprio		314.643,50	255.051,24
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	15.12	40.686,32	21.824,40
Adiantamento de clientes	15.11	37.289,44	25.760,14
Estado e outros entes públicos	15.3	51.911,17	15.313,83
Outras dividas a pagar	15.11	60.041,44	55.020,39
		189.928,37	117.918,76
Total do passivo		189.928,37	117.918,76
Total do capital próprio e do passivo		504.571,87	372.970,00

O Contabilista Certificado



A Administração



MEDIAN - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

UNIDADE MONETÁRIA:

Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	10/14.1	644.675,40	523.335,75
		-	-
		-	-
		-	-
Fornecimentos e serviços externos	15.14	(166.218,91)	(147.995,99)
Gastos com o pessoal	15.15	(273.321,46)	(258.891,20)
		-	-
Imparidades de dividas a receber (perdas/reversões)	15.16	(1.467,65)	-
		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		(2,98)	2,79
Outros rendimentos	15.17	55.451,82	11.964,04
Outros gastos	15.18	(46.500,15)	(36.906,17)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		212.616,07	91.509,22
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	15.19	(16.556,34)	(25.176,40)
Resultado operacional (antes de financiamentos e impostos)		196.059,73	66.332,82
Juros e rendimentos similares obtidos	15.20	329,21	72,69
Juros e gastos similares suportados	9/15.21	(1.487,32)	(534,73)
Resultado antes de impostos		194.901,62	65.870,78
Imposto sobre o rendimento do período	12	(49.802,33)	(21.986,71)
Resultado líquido do período		145.099,29	43.884,07
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-

O Contabilista Certificado

A Administração

MEDIAN - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

UNIDADE MONETÁRIA:

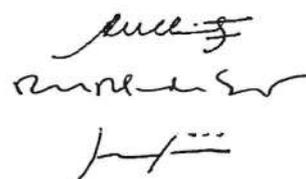
Euro

Rubricas	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de clientes		4.826.762,65	3.671.471,94
Pagamento a fornecedores		(4.225.593,65)	(3.237.303,39)
Pagamentos ao pessoal		(155.549,99)	(241.049,46)
Caixa gerada pelas operações		445.619,01	193.119,09
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(9.119,95)	(50.540,34)
Outros recebimentos / pagamentos		(211.178,49)	(124.394,09)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		225.320,57	18.184,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Ativos fixos tangíveis		(1.552,88)	(6.795,79)
Investimentos financeiros		(130,50)	-
<i>Recebimento provenientes de:</i>			
Ativos fixos tangíveis		9.000,00	-
Fluxo das atividades de investimento (2)		7.316,62	(6.795,79)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		(61.566,02)	(60.000,00)
Fluxo das atividades de financiamento (3)		(61.566,02)	(60.000,00)
Varição da caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-	(461,98)
Caixa e seus equivalentes no início do período		36.409,97	85.483,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	207.481,14	36.409,97

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MEDIAN - CORRETORES DE SEGUROS, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO - 2017

UNIDADE MONETÁRIA: Euro

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Resultado líquido do período	Total
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização			
1	100.000,00	22.406,32	33.238,74	19.666,02	13.899,15	81.956,94	271.167,17	
ALTERAÇÕES DO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
2	-	-	-	21.956,94	-	(21.956,94)	-	
3	100.000,00	22.406,32	33.238,74	41.622,96	13.899,15	60.000,00	271.167,17	
4=2+3								
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO						43.884,07	43.884,07	
RESULTADO INTEGRAL						103.884,07	43.884,07	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições						(60.000,00)	(60.000,00)	
5	-	-	-	-	-	43.884,07	(60.000,00)	
6=1+2+3+5	100.000,00	22.406,32	33.238,74	41.622,96	13.899,15	43.884,07	255.051,24	

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO - 2018

6	100.000,00	22.406,32	33.238,74	41.622,96	13.899,15	43.884,07	255.051,24
ALTERAÇÕES DO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
7	-	-	-	43.884,07	-	(43.884,07)	-
8							
9=7+8						145.099,29	145.099,29
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO						101.215,22	
RESULTADO INTEGRAL							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO:							
Distribuições						(85.507,03)	(85.507,03)
10	-	-	-	(85.507,03)	-	(85.507,03)	(85.507,03)
6+7+8+10	100.000,00	22.406,32	33.238,74	-	13.899,15	145.099,29	314.643,50
Notas - >	15.5	15.6	15.7	15.8	15.9	15.10	15.10

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 A MEDIAN – Corretores de Seguros, S.A., NIPC 500189390, foi constituída 1974 como sociedade por quotas e transformada em sociedade anónima em 2008.

1.2 A sociedade tem a sua sede na Avenida Júlio Dinis, 6 – 3 Esq. em Lisboa.

1.3 O objecto social da sociedade é a mediação de seguros incluindo todos os actos inerentes a esta actividade, e a realização de estudos e a prestação de serviços.

1.4 O capital subscrito atualmente no montante de 100.000 euros é detido na sua totalidade por acionistas singulares de nacionalidade portuguesa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

2.1 As demonstrações financeiras da MEDIAN foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros durante o período de relato.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho e tendo ainda em consideração os instrumentos legais do SNC nomeadamente Aviso nº 1562/2009 e 07 de Setembro; Portaria nº 986/2009 de 7 de Setembro; Portaria nº 1011 de 9 de Setembro; Avisos nº 15653, 15654, 15655 de 7 de Setembro e Aviso nº 8256/2015 de 29 de Julho, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Empresa.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios, equipamento de transporte e equipamento administrativo.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Considera-se, como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	25 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 3 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

A sociedade detém ativos intangíveis no valor de 3.038,78 euros totalmente amortizados.

Investimentos em empresas subsidiárias e participadas

O investimento da MEDIAN em participadas está contabilizado pelo valor de aquisição.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação.

As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor.

Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efectuar essa transacção.

O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e, portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando:

- 1) Expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- 2) A Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção;
- 3) Não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

As contas a receber são activos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respectivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Locações

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a MEDIAN assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respectivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor actualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado geralmente no início do mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que:

- 1) Tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado;
- 2) Seja provável que um fluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação;
- 3) Que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Dividendos

A distribuição de dividendos a accionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos accionistas.

Os dividendos antecipados, quando existam, são reconhecidos no Balanço no Capital próprio no exercício da sua atribuição.

Comparativos

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos informáticos geridos pelos serviços da MEDIAN.

4. Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários são os seguintes:

	2018	2017
Caixa	2.693,28	1.971,40
Depósitos à ordem	204.787,86	34.438,57
	207.481,14	36.409,97

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não foram detectados erros ou omissões pelo que a comparabilidade, ressalvando as necessárias adaptações, é a realmente expressa.

6. Partes relacionadas

6.1 A MEDIAN detém ações no valor de 380,00 euros da empresa Lisgarante.

O movimento durante o exercício consta no quadro seguinte:

Investimentos financeiros	Saldo Inicial	Reav./ Ajustam	Aumentos	Alienações	Saldo final
Partes de capital	380,00	-	-	-	380,00
Outros investimentos financeiros - F C T	217,58	2,98	128,76	-	343,36
	597,58	2,98	128,76	0,00	723,36

6.2 As remunerações e outros benefícios da pessoal chave da gestão:

- Remunerações totais, incluindo encargos sociais e outros benefícios: 231.321,46 Euros.
- Total dos benefícios dos órgãos sociais após cessação de emprego: 42.000,00 Euros.

7. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2018, em base individual, são analisados

Ativos Tangíveis	Saldo Inicial	Reava./ Ajustam	Aumentos	Alienações	Transf./ Abates	Saldo Final
Terrenos	118.478,23	-	-	-	-	118.478,23
Edifícios e outras construções	357.819,47	-	-	-	-	357.819,47
Equipamento de transporte	37.505,19	-	-	4.027,00	-	33.478,19
Equipamento administrativo	139.524,66	-	1.552,88	-	-	141.077,54
	653.327,55	0,00	1.552,88	4.027,00	0,00	650.853,43

Depreciações acumuladas

Ativos Tangíveis	Saldo Inicial	Reaval. Ajustam	Aumentos	Alienações	Transf. Abates	Saldo Final
Edifícios e outras construções	222.359,16	-	13.993,04	-	-	236.352,20
Equipamento de transporte	35.491,69	-	-	2.013,50	-	33.478,19
Equipamento administrativo	135.796,24	-	2.563,30	-	-	138.359,54
	393.647,09	0,00	16.556,34	2.013,50	-	408.189,93

259.680,46		ATIVO TANGÍVEL LIQUIDO	242.663,50
------------	--	-----------------------------------	-------------------

8. Locações e Financiamentos obtidos

Não existem em 31 de Dezembro de 2018 locações financeiras e empréstimos obtidos.

9 Custos dos empréstimos obtidos

Não foram suportados custos de juros com locações financeiras e financiamentos obtidos dado não se ter utilizado esses financiamentos.

10. Réditos

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2018	2017
Remunerações/comissões de seguros	623.663,09	500.606,30
Outros serviços	21.012,31	22.729,45
	644.675,40	523.335,75

11. Provisões

Não foram contabilizadas provisões por se considerar que não existem riscos em qualquer das rubricas do Balanço que as poderiam originar.

12. Impostos sobre o rendimento

	2018	2017
IRC e derrama sobre matéria coletável	45.333,19	16.278,08
Tributação autónoma	4.469,14	5.708,63
	49.802,33	21.986,71

13. Impostos diferidos

A empresa não contabilizou os Impostos Diferidos, provenientes da Reavaliação Livre do edifício registado como Ativo Fixo Tangível, na perspectiva de que esse mesmo ativo não será no futuro alienado pela sociedade, por ser parte integrante da sua sede social.

14. Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 Informações nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de Dezembro de 2009.

1.

a) A descrição das políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações encontra-se identificada no ponto 3 deste "Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2018".

b) Remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

Remunerações recebidas desagregadas por naturezas (*)	
Comissões de seguros	623.663,09
Serviços de consultoria	21.012,31
	644.675,40

(*) Não houve remunerações em espécie ou de natureza diferente das indicadas.

c) Total das remunerações (valores recebidos em dinheiro) relativas aos contratos de seguro intermediados e por origem:

Empresas de Seguros Código da empresa na contabilidade	Remunerações recebidas		Total
	Ramo		
	Não Vida	Vida	
1	1.082,87	-	1.082,87
3	29.322,57	130,37	29.452,94
6, 41,56 E 49	91.455,94	8.835,71	100.291,65
7	-	470,22	470,22
8	-	51,79	51,79
10	2.682,06	3.236,01	5.918,07
11	4.434,76	-	4.434,76
13	5.275,88	-	5.275,88
15	55,74	-	55,74
16	104,82	-	104,82
18	2.098,29	-	2.098,29
19	322,68	-	322,68
20	46.614,72	-	46.614,72
21	88.200,15	-	88.200,15
24	18.269,27	-	18.269,27
26	6.800,04	-	6.800,04
30 e 34	119.181,02	498,13	119.679,15
32	54.556,84	-	54.556,84
33	-	22,76	22,76
36	2.406,87	-	2.406,87
39	-	462,63	462,63
40	34.202,21	-	34.202,21
42	308,66	-	308,66
45	5.853,78	-	5.853,78
46	396,36	-	396,36
48	1.061,64	-	1.061,64
59	13.175,47	-	13.175,47
60	36.346,29	-	36.346,29
65	-	1.347,06	1.347,06
67	999,60	-	999,60
72	-	9.389,02	9.389,02
73	-	442,35	442,35
76	637,50	-	637,50
77	4.993,55	-	4.993,55
82	5.127,62	-	5.127,62
83	2.883,24	-	2.883,24
84	1.992,00	-	1.992,00
87	17.108,14	-	17.108,14
97	826,46	-	826,46
	598.777,04	24.886,05	623.663,09

Não houve remunerações recebidas em espécie, nem remunerações relativas a Fundos de Pensões.

Foram contabilizados na conta "Outros rendimentos e ganhos" remunerações recebidas de seguradoras, sendo:

Empresas de seguros	Remuneração Recebida
6, 41,56 e 49	4.932,97
21	19.042,0
30 e 34	21.104,6
	45.079,60

d) Não aplicável.

e) Valores dos saldos das contas clientes no início e final do exercício e volume movimentado no ano:

	Valores das contas "clientes"	
	Débito	Crédito
Início do exercício (01.01.2018)	6.698,80	25.760,14
Final do exercício (31.12.2018)	3.941,35	37.289,44
Movimento no período	332.829,21	347.115,96

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem:

Entidade	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguros	3.941,35	37.289,44
Empresas de seguros	25.336,36	39.486,86
Outros fornecedores	387,87	1.199,46
Adiantamento de remunerações	950,00	-
Acréscimos de gastos	-	-
Outros devedores e credores	6.290,88	2.080,17

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar:

i) Encontram-se 33.910,54 Euros com vista a serem transferidos para as empresas para pagamento de prémios de seguro, à data de 31 de Dezembro de 2018.

ii) Encontram-se em nosso poder em 31 de Dezembro de 2018, confiados pelas Empresas de Seguros e em processo de cobrança, 626 recibos no valor total de prémios de seguro de 1.348.108,13 Euros. No entanto o valor relativo em cobrança com vista a serem transferidos para as Empresas de Seguros para pagamento de prémios é contabilisticamente "zero", porque o movimento nas contas ocorre no momento do recebimento do prémio de seguro.

iii) Não aplicável.

iv) O valor total das remunerações respeitantes a prémios de seguro cobrados no decurso de 2018 foi de 623.663,09 Euros.

A remuneração total dos recibos de prémio que nos foram confiados pelas Empresas de Seguros e em processo de cobrança à data de 31 de Dezembro de 2018, é de 160.095,98 Euros.

v) No que respeita a outras quantias o valor corresponde a outros devedores e credores.

h) Nas contas a receber, os valores de 3.941,35 Euros e de 25.724,23 Euros em Outras Contas a Receber dizem respeito a valores para cobrança em 2019.

l) Em 2018, foi considerado o valor de 1.467,65 Euros para imparidade.

- j) Não aplicável.
- k) Não aplicável.
- l) Não aplicável.
- m) Não aplicável (não existem passivos contingentes).

2.

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira:

Empresas de seguros	Remuneração	% s/ total	NIF
40	34.202,21	5,5%	500 069 514
60	36.346,29	5,8%	506 333 027
20	46.614,72	7,5%	502 245 816
32	54.556,84	8,7%	500 528 586
21	88.200,15	14,1%	501 689 168
6, 41,56 e 49	100.291,65	16,1%	500 940 231
30 e 34	119.679,15	19,2%	500 918 880
SOMA	479.891,01		

b) Não aplicável.

3.

- a) Não aplicável.
- b) Não aplicável.

15 Outras informações

Divulgações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

15.1 Clientes

	2018	2017
Clientes , c/c	3.941,35	6.698,80

15.2 Outros créditos a receber

	2018	2017
Adiantamento a fornecedores	25.724,23	16.222,78
Adiantamentos ao pessoal	950,00	-
Accionistas - Outras operações	14.000,00	14.000,00
Outros devedores	6.290,88	17.164,34
	46.965,11	47.387,12

O saldo de devedor em outras operações com acionistas será recuperado em 2019.

15.3 Estados e outros entes públicos

	2018		2017	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
IRC a reembolsar / pagar	-	35.407,12	5.275,26	-
Retenções de Impostos sobre o rendimento	-	6.338,50	-	5.695,25
IVA a pagar	-	1.840,89	-	1.805,35
Contribuições para a segurança social	-	8.324,66	-	7.813,23
	-	51.911,17	5.275,26	15.313,83

15.4 Diferimentos

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer de 2.797,41 Euros e de 16.920,81 Euros em 2017.

15.5. Capital Subscrito

O capital subscrito da sociedade é de 100 000 euros, representado por 10 000 acções no valor nominal de 10 euros, cada uma, encontra-se integralmente realizado.

O capital da sociedade é detido em 100% por accionistas singulares de nacionalidade portuguesa.

15.6 Reserva legal

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a MEDIAN é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de 22.406,32 euros, estando assim preenchida a quota mínima exigível. Esta reserva não poderá ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

15.7 Outras reservas

Em Outras reservas estão englobados 33.238,74 euros referente a valores que em anos anteriores os accionistas têm deliberado integrar em reservas sem destino especificado.

No mapa de "Movimentos nas contas de capitais próprios" (nota 15.10) do exercício figuram os movimentos ocorridos.

15.8 Resultados transitados

No mapa "Movimento nas contas de capitais próprios do exercício" (nota 15.10) figuram os movimentos ocorridos.

Em 2018, após deliberação em Assembleia Geral devidamente convocada os accionistas por unanimidade decidiram distribuir, dividendos, no montante correspondente ao saldo apresentado por esta conta, tendo em consideração a situação económica e financeira da sociedade.

15.9 Excedente de revalorização

Ao abrigo da legislação publicada em 1986, 1991 e 1992 foram efectuadas reavaliações de activos tangíveis que produziram reserva de reavaliações no montante de 13.899,15 euros. Estes activos já há muito que estão totalmente

amortizados pelo que actualmente já não geram gastos de depreciação ou amortização não havendo, em consequência, qualquer valor a adicionar à matéria coletável.

15.10. Movimento nas contas de capitais próprios

RUBRICAS	SALDO INICIAL	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO FINAL
		Débito	Crédito	
Capital social	100.000,00	-	-	100.000,00
Reservas de reavaliação	13.899,15	-	-	13.899,15
Reserva legal	22.406,32	-	-	22.406,32
Reservas livres	33.238,74	-	-	33.238,74
Resultados transitados	41.622,96	85.507,03	43.884,07	-
Dividendos antecipados	-	-	-	-
Resultados líquidos	43.884,07	43.884,07	145.099,29	145.099,29
	255.051,24	129.391,10	188.983,36	314.643,50

15.11 Outras dívidas a pagar

	2018	2017
Adiantamento de clientes	37.289,44	25.760,14
Férias, subsídio de férias e encargos sociais ao Pessoal	24.843,97	21.475,47
Remunerações e encargos sociais aos órgãos sociais	11.278,30	11.931,36
Outros credores	23.919,17	21.613,56
	60.041,44	55.020,39

15.12 Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2018	2017
Fornecedores, c/c	40.686,32	20.282,40

15.14 Fornecimentos e serviços externos

	2018	2017
Trabalhos especializados	17.321,59	15.565,80
Publicidade e Propaganda	-	-
Segurança e Vigilância	-	-
Honorários	12.106,80	11.225,75
Comissões a intermediários	27.753,07	28.737,66
Conservação e reparação	2.990,19	7.437,48
Outros serviços	-	-
Materiais	7.364,98	6.539,05
Energia e Fluidos	7.622,02	6.415,92
Deslocações e estadas e transportes	24.743,89	28.067,09
Rendas e alugueres	8.745,48	13.542,58
Comunicação	12.941,89	11.311,60
Seguros	6.205,60	2.819,92
Contencioso e notariado	101,00	488,75
Despesas de representação	3.174,82	2.298,14
Limpeza, higiene e conforto	4.386,08	4.296,81
Outros serviços	30.761,50	9.249,44
	166.218,91	147.995,99

Na rubrica "Trabalhos especializados", estão incluídos 2.640,00 euros, a que acresceu o valor de IVA à taxa normal, pagos a RSM & Associados, Sroc, Lda. no exercício de funções de Revisor Oficial de Contas.

15.15 Gastos com pessoal

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	34.804,13	35.944,02
Remunerações do pessoal	135.388,36	132.355,25
Benefícios pós emprego	42.000,00	42.000,00
Encargos sobre remunerações	41.139,03	39.502,22
Seguros	13.940,11	6.854,80
Formação do pessoal	5.790,45	1.889,03
Outros gastos	259,38	345,88
	273.321,46	258.891,20

15.16 Imparidade de dívidas a receber

Em 2018 foi contabilizada a imparidade para dívidas a receber no valor de 1.467,65 euros.

15.17. Outros rendimentos

	2018	2017
Rendimentos suplementares	1.500,00	1.500,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros.	-	-
Rend. e ganhos em invest. não financeiros - Alienações	6.986,50	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	45.635,13	6.050,95
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.330,19	4.413,09
	55.451,82	11.964,04

15.18. Outros gastos

	2018	2017
Impostos diretos	1.519,45	1.572,20
Impostos indiretos	23.994,16	20.831,44
Taxas	400,00	400,34
Correções relativas a períodos anteriores	2.203,30	1.015,41
Quotizações	17.430,93	12.083,51
Outros	952,31	1.003,27
	46.500,15	36.906,17

15.19. Gastos de depreciação e amortização

	2018	2017
Edifícios e outras construções	13.993,04	13.993,04
Equipamento de transporte	-	8.013,50
Equipamento administrativo	2.563,30	3.169,86
	16.556,34	25.176,40

15.20 Juros e rendimentos similares obtidos

	2018	2017
Diferenças de câmbio favoráveis	329,21	72,69

15.21 Juros e gastos similares suportados

	2018	2017
Juros suportados	-	-
Diferenças de cambio desfavoráveis	1.326,77	534,73
Outros	160,55	-
	1.487,32	534,73

16. Acontecimentos após a data do balanço

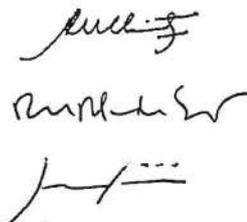
As demonstrações financeiras foram preparadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, no seu relatório de gestão, em 18 de Março de 2019.

O Conselho de Administração divulgou a sua intenção de propor à Assembleia-Geral Anual de 2019 a aplicação do resultado positivo do exercício de 2018, no montante de 145.099,29 euros, do modo seguinte: 65.099,29 euros para Resultados Transitados e 80.000,00 euros para dividendos.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

– Exercício de 2018 –

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da MEDIAN – Corretores de Seguros, S.A. durante o exercício de dois mil e dezoito, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o Relatório de Gestão, as contas do exercício e emitimos a Certificação Legal das Contas, que aqui se dá por reproduzida.

Para o Fiscal Único merece ser destacado o seguinte:

- O acréscimo verificado no volume de negócios de 23,2% em relação ao exercício de 2017;
- O resultado líquido do exercício no montante de 145 mil euros face ao registado no ano anterior no valor de 44 mil euros;
- O cash-flow gerado de 163 milhares de euros.

Tudo considerado e agradecendo as referências que lhe são feitas pelo Conselho de Administração no seu relatório, somos de parecer que a Assembleia-Geral anual:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2018, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no Relatório de Gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 18 de Março de 2019

O FISCAL ÚNICO

Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
em representação de RSM & ASSOCIADOS, SROC, LDA

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MEDIAN – Corretores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 504.572 euros e um total de capital próprio de 314.644 euros, incluindo um resultado líquido de 145.099 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MEDIAN – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não

sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de Março de 2019



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n° 320)